

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DA DIRETORIA DE ENSINO DA
ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA**

Pregão Eletrônico n.º 90009/2025

Processo Administrativo n.º 08204.001314/2025-10

BITENCOURT CENTRAL DOS EXAMES DE BRASÍLIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.663.326/0001-12, com sede na SDS Bloco O, Edifício Venâncio VI, Salas 221 a 227, Brasília, CEP n.º 70.393-905, Distrito Federal, vem à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seus advogados subscritos, com fulcro no artigo 164 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no art. 24, do Decreto n.º 10.024/2019, e o Edital do Pregão Eletrônico n.º 90009/2025 interpor

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO PRAZO LEGAL PARA JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O respectivo edital de licitação deve prever o prazo para julgamento das impugnações interpostas em consonância com o prazo previsto na legislação pátria.

O artigo 164 da Lei de Licitações (Lei Federal n.º 14.133/2021) prevê o prazo legal para interposição da impugnação pelo licitante, *in verbis*:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Notemos o descrito item 15 do Edital do referido Pregão Eletrônico:

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selic.diren.anp@pf.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Nesse passo, a data prevista para abertura das propostas é o dia 25 de setembro de 2025, e, portanto, o presente feito de impugnação encontra-se perfeitamente tempestivo, eis que sua data limite é o dia 19 de setembro de 2025, às 23h59min.

De mais a mais, tendo sido protocoladas as razões também nesta data, é forçoso concluir por sua plena tempestividade.

II – RESUMO DOS FATOS

Foi publicado o Edital de Pregão Eletrônico n.º 90009/2025, pela Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, visando a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo menor por preço por grupo.

O objeto do edital é a contratação de serviços de pronto atendimento médico com transporte de emergência - ambulâncias, destinado a atender as necessidades da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia – DIREN-ANP/PF.

A data prevista para abertura das propostas é o dia 25 de setembro de 2025.

Ocorre que foi detectado no edital da licitação diversas falhas relativas às exigências de qualificações técnica das empresas licitantes.

III – DO DIREITO

III.1 – DA NECESSIDADE DE EXIGIR DA LICITANTE A DEMONSTRAÇÃO DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

A previsão de obrigatoriedade de expedição de **licenciamento sanitário** está contida no artigo 5º e no parágrafo único do art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n.º 153 de 26 de abril de 2017 do Ministério da Saúde e nas listas contidas na Instrução Normativa DC/ANVISA n.º 16, de 26 de abril de 2017, onde trata das atividades sujeitas ao licenciamento sanitário, percebe-se que a “*atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares*” é considerada de alto risco e sujeita a necessidade de expedição de licenciamento sanitário perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n.º 153, de 26 de abril de 2017, do Ministério da Saúde normativa o tema em questão. Notemos:

Art. 5º Para efeito de licenciamento sanitário, adota-se a seguinte classificação do grau de risco das atividades econômicas:

I - **alto risco**: atividades econômicas que **exigem inspeção sanitária ou análise documental prévia** por parte do órgão responsável pela **emissão da licença sanitária**, antes do início da operação do estabelecimento;

(...)

Art. 6º A definição do grau de risco, nos termos da presente Resolução, observará critérios relativos à natureza das atividades, aos produtos e insumos relacionados às atividades e à frequência de exposição aos produtos ou serviços, cabendo atualização sempre que o contexto sanitário demandar, considerando ainda:

(...)

Parágrafo único. Será publicada em Instrução Normativa a lista de CNAE por grau de risco e dependente de informação.

A Instrução Normativa DC/ANVISA n.º 16 de 26, de abril de 2017 elucida o assunto em comento:

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário, prevista no parágrafo único do art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC no 153 de 26 de abril de 2017.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

Art. 2º A classificação de risco das atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária de alto risco está relacionada no anexo I.

(...)

ANEXO I - RELAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ALTO RISCO

(...)

8630-5/02 - **Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares**

No mais, qualquer empresa licitante que vá prestar os serviços descritos no objeto do edital, por força da Instrução Normativa DC/ANVISA n.º 16, de 26 de abril de 2017, deve possuir licença sanitária para exercer tais atividades.

Posto isso, deve-se fazer constar no supracitado edital a exigência de demonstração de certificado de registro da empresa licitante junto à autoridade sanitária como requisito de qualificação técnica, no caso, a Vigilância Sanitária.

III.2 – DA NECESSIDADE DE EXIGIR DO LICITANTE A DEMONSTRAÇÃO DO CADASTRO NO CADASTRO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES)

A portaria n.º 1.646, de 2 de outubro de 2015 do Ministério da Saúde que institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) define que:

Art. 4º O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações.

Dessa forma, novamente é cogente reconhecer que a empresa licitante que vá prestar os serviços descritos no objeto do edital deve, por força da portaria n.º 1.646, de 2 de outubro de 2015 do Ministério da Saúde, possuir registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

Nesse diapasão, se faz necessário constar no supracitado edital a exigência de demonstração de comprovação de cadastro da empresa licitante junto ao CNES como requisito de qualificação técnica.

III.3 – DA NECESSIDADE DE EXIGIR DA LICITANTE A DEMONSTRAÇÃO DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CRM)

O artigo 1º da Lei Federal n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980 trata da obrigatoriedade do registro de empresas e anotações dos profissionais legalmente habilitados nas entidades competentes para a fiscalização do exercício de profissões regulamentadas, veja-se:

Art. 1º, da Lei Federal n.º 6.839/80 - O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Em consonância com o referido dispositivo legal, a Lei Federal n.º 14.133/21, em seu artigo 67, inciso V, prevê a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, veja-se:

Art. 67, da Lei Federal n.º 14.133/21 - Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

Percebe-se que a Lei é imperiosa ao exigir de empresas prestadores de serviços de saúde o **registro no Conselho Regional de Medicina (CRM)**, conforme determina o artigo 3º da Resolução n.º 1.980/2011 do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Art. 3º As empresas, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado devem registrar-se nos

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

conselhos regionais de medicina da jurisdição em que atuarem,
nos termos das leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98.

Parágrafo único. Estão enquadrados no “caput” do art. 3º deste anexo:

a) As empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares de diagnóstico e/ou tratamento;

(...)

i) Empresas que comercializam serviços na modalidade de administradoras de atividades médicas.

Logo, qualquer empresa licitante que vá prestar serviços descritos no objeto do edital por força da Resolução n.º 1.980/2011 do Conselho Federal de Medicina (CFM), se registrar no Conselho Regional de Medicina com atividade de *Clínica Médica*.

Nesse passo, forçoso fazer constar no supracitado edital a exigência de demonstração de certificado de registro da empresa licitante junto ao CRM do Estado/Distrito Federal em que prestará o serviço contratado com atividade de *Clínica Médica* como requisito de qualificação técnica.

III.4 – DA NECESSIDADE DE EXIGIR DA LICITANTE A DEMONSTRAÇÃO DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA (CRM)

O artigo 1º da Lei Federal n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980 trata da obrigatoriedade do registro de empresas e anotações dos profissionais legalmente habilitados nas entidades competentes para a fiscalização do exercício de profissões regulamentadas, veja-se:

Art. 1º, da Lei Federal n.º 6.839/80 - O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

Em consonância com o referido dispositivo legal, a Lei Federal n.º 14.133/21, em seu artigo 67, inciso V, prevê a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, veja-se:

Art. 67, da Lei Federal n.º 14.133/21 - Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

Em virtude do disposto no art. 1º da Lei n.º 6.839, de 30 de outubro de 1980, está obrigada ao registro no Coren-DF, toda Empresa basicamente destinada a prestar e/ou executar atividades na área da Enfermagem, inclusive sob as formas de supervisão e de treinamento de recursos humanos, ou que, embora com atividade básica não especificamente de enfermagem, presta algum desses serviços a terceiros.

Percebe-se que a Lei é imperiosa ao exigir de empresas destinada a prestar e/ou executar atividades na área da enfermagem, inclusive sob as formas de supervisão e de treinamento de recursos humanos, ou que, embora com atividade básica não especificamente de enfermagem, presta algum desses serviços a terceiros, o **registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREN)**, conforme determina o artigo 3º da Resolução n.º 721 de 17 de maio de 2023 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN).

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, considera-se:

b. No setor privado: empreendimentos organizados segundo a legislação, incluídos na esfera de Administração privada, com previsão legal para atuação ou prestação de serviços na área de Enfermagem a terceiros (com ou sem fins lucrativos), as quais serão cobradas a taxa de RE para matriz e cada tipo de ramificação (filial), e de anuidade jurídica somente para matriz.

I – Empresa de Enfermagem: organização caracterizada como pessoa jurídica devidamente constituída em órgãos de registro empresarial com descrição de atividades e/ou objeto social “Atividades de Enfermagem”, e que presta e/ou executa serviços exclusivos na área de Enfermagem;

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

Art. 3º Toda Empresa de Enfermagem deverá possuir o RE junto ao Conselho Regional de Enfermagem (Coren), sendo facultado o registro a outras empresas, por autonomia administrativa.

Logo, qualquer empresa licitante que vá prestar serviços descritos no objeto do edital por força da Resolução n.º 721 de 17 de maio de 2023 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), se registrar no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).

Nesse passo, forçoso fazer constar no supracitado edital a exigência de demonstração de certificado de registro da empresa licitante junto ao COREN do Estado/Distrito Federal em que prestará o serviço contratado como requisito de qualificação técnica.

IV – PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a Vossa Senhoria:

a) O conhecimento da presente impugnação de Edital para que, em seu mérito, seja julgado procedente a alteração do edital para que: **(i)** exija a demonstração de licenciamento sanitário do licitante; **(ii)** a inclusão da exigência de demonstração de inscrição no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES); **(iii)** exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Medicina; e **(iv)**; exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Enfermagem;

b) A retificação do edital licitatório do Pregão Eletrônico n.º 90009/2025, para que seja julgado procedente a alteração do edital para que: **(i)** exija a demonstração de licenciamento sanitário do licitante; **(ii)** a inclusão da exigência de demonstração de inscrição no

Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES); (iii) exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Medicina; e (iv); exija a demonstração de inscrição da pessoa jurídica perante o Conselho Regional de Enfermagem;

c) Acaso Vossa Senhoria entenda que o Edital Licitatório n.º 90009/2025 não deva ser reformado, requer que os autos sejam encaminhados à Autoridade Competente para apreciação do pedido de reforma retroconsignado.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Brasília – Distrito Federal, 10 de setembro de 2025.

ANDRÉ CORREA TELES
OAB/DF n.º 41.363
ANDRÉ TELES ADVOGADOS
OAB/DF n.º 5.611/20 – R.S.
CNPJ n.º 38.715.487/0001-61

MATHEUS SEGMILLER CRESTANI PEREZ
OAB/DF n.º 55.172
ANDRÉ TELES ADVOGADOS
OAB/DF n.º 5.611/20 – R.S.
CNPJ n.º 38.715.487/0001-61

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Segmiller Crestani Perez.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 58D6-1BCD-3A54-123C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/58D6-1BCD-3A54-123C> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 58D6-1BCD-3A54-123C



Hash do Documento

705CA1D5F376FCAE07293FDC402CBB0002A07D3DEE5A27D3C0A4DC63D779B171

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/09/2025 é(são) :

☒ **Nome no certificado:** Matheus Segmiller Crestani Perez em 10/09/2025 18:39 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

